

XI Encontro da ABCP
31 de julho a 3 de agosto de 2018, Curitiba

AT - Comunicação Política e Opinião Pública

O ESCÂNDALO DA LAVA JATO NO GOVERNO DILMA ROUSSEFF

Érica Anita Baptista

Universidade Federal de Minas Gerais

O ESCÂNDALO DA LAVA JATO NO GOVERNO DILMA ROUSSEFF

Érica Anita Baptista¹
Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo

A corrupção é um dos problemas que atentam contra a qualidade dos serviços públicos afetando diretamente a qualidade de vida dos cidadãos. Ela também pode ser um entrave para a confiança dos cidadãos na representação política, erodindo dessa forma a legitimidade e consequente estabilidade do regime democrático. No Brasil, tal como ocorre em muitos outros países, o tema da corrupção tem grande visibilidade nos meios de comunicação e pode ter vários reflexos na opinião pública, sendo resultado do modo como as informações são produzidas pela mídia e, também, como a audiência as recebe. Partindo dessas questões, a proposta deste trabalho reside em investigar como a visibilidade do escândalo da Lava Jato na imprensa influenciou a percepção da opinião pública sobre a corrupção e sobre a política, sobretudo em sua relação com os partidos, governo e instituições e atores políticos, entre os anos de 2014 e 2016, no governo Dilma Rousseff, tendo como contexto a cobertura jornalística do tema na mídia impressa. Consideramos as revistas Carta Capital, Época, Isto É e Veja para tratarmos da cobertura jornalística e da visibilidade da percepção dos cidadãos sobre a corrupção, e as pesquisas de opinião divulgadas no período, detidamente as questões que envolvem a preferência partidária, avaliação de governo, confiança presidencial e nas instituições.

Palavras chave

Corrupção Política, Escândalo Político, Lava Jato, Governo Dilma, Opinião Pública

¹ Jornalista e mestra em Comunicação Social. Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente, pós-doutoranda no Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME-UFMG). Pesquisadora nos grupos Opinião Pública (UFMG) e Centro de Investigação Media e Jornalismo (Universidade Nova de Lisboa). Colaboradora no www.comunicacaoepolitica.com.br. E-mail: anitaerica@gmail.com

Introdução

A corrupção é um dos problemas que atentam contra a qualidade dos serviços públicos afetando diretamente a qualidade de vida dos cidadãos. Ela também pode ser um entrave para a confiança dos cidadãos na representação política, erodindo dessa forma a legitimidade e conseqüente estabilidade do regime democrático (MOISÉS, 2010).

Dentre as possibilidades de estudos da corrupção, o tratamento que a mídia oferece para os casos de ilícitos é, então, um contributo nas tentativas de explicar a percepção do fenômeno e seus desdobramentos na opinião pública. No entanto, diversas pesquisas alertam para o fato de que a cobertura da mídia para os casos de corrupção, a partir de suas estratégias e modos operatórios, pode condicionar a percepção do fenômeno, o que muitos autores denominaram como “indústria midiática do escândalo” (HEIDENHEIMER, et al. 1999; BLANKENBURG, 2002).

A articulação entre os temas mídia e corrupção é comum em vários países, o que motivou a parceria entre a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o Centro de Investigação Media e Jornalismo (CIMJ) da Universidade Nova de Lisboa e a Universidade de Moçambique a realizarem um estudo comparado da representação e percepção da corrupção na mídia².

No marco desse convênio, foi desenvolvida uma tese doutoral e nesta comunicação trazemos alguns resultados desta pesquisa. A proposta é compreender o modo como a corrupção política é representada na imprensa, sob a ótica teórica do escândalo político midiático (THOMPSON, 2002; CUNHA, 2014), e como influencia a percepção da opinião pública sobre a corrupção e a política. Dentre os casos de corrupção denunciados e investigados no Brasil, analisamos o escândalo da Lava Jato e observamos como tal operação foi percebida pelos cidadãos brasileiros, bem como suas repercussões na opinião pública durante uma parte do governo Dilma Rousseff (março de 2014 a junho de 2016).

O deste trabalho reside em destacar como a visibilidade do escândalo da Lava Jato na imprensa influenciou a percepção da opinião pública sobre a corrupção e sobre a política, sobretudo em sua relação com os partidos, governo e instituições e atores políticos, entre os anos de 2014 e 2016, no governo Dilma Rousseff, tendo como contexto a cobertura jornalística do tema na mídia impressa. O período escolhido se justifica pelo início das investigações acerca do caso da Lava Jato (março de 2014) até o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff (agosto de 2016). Consideramos as revistas Carta Capital, Época,

² Essa cooperação interinstitucional abrange análises da mídia tradicional e da internet nos países envolvidos. Em Portugal, o projeto “Cobertura Jornalística da corrupção Política: uma perspectiva comparada” é liderado pela professora Isabel Ferin Cunha, da Universidade de Coimbra, e no Brasil, o projeto “A representação da corrupção nos *media* e nas redes sociais” é coordenado pela professora Helcimara Telles da UFMG.

Isto É e Veja³ para tratarmos da cobertura jornalística, compreendendo o agendamento do tema da corrupção e o enquadramento, além do espaço de visibilidade conferido ao escândalo da Lava Jato na imprensa.

Corrupção política e a sua percepção

As tentativas em delinear a corrupção passam, basicamente, por três critérios: com base na legalidade, no interesse público e na opinião pública (SCOTT, 1972).

Para Nye (2002), a corrupção trataria de um comportamento que se desvia dos deveres normais e formais de um papel público em função da participação privada (aspectos pessoais, família, grupos particulares), ganhos monetários ou de status, relativo ao poder; ou viola regras contra o exercício de certos tipos de influência privada. Isso inclui comportamentos como suborno; nepotismo; e apropriação indevida de recursos públicos para uso privado (NYE, 2002, p. 284). Esse delineamento proposto pelo autor se enquadra numa perspectiva legalista e podemos dizer que é, ao mesmo tempo, ampla e restrita: nem todos os atos ilegais são relacionados à corrupção, do mesmo modo que nem todos os atos corruptos são necessariamente ilegais (PETERS, WELCH, 1978).

O segundo eixo, que trata a corrupção pelo viés do interesse público, segundo Peters e Welch (1978), amplia a gama de comportamentos que se poderia investigar sobre a corrupção. A partir da definição de Rogow e Lasswell (1970, p. 132-33) de que "um ato corrupto viola a responsabilidade em relação a pelo menos um sistema de ordem pública ou cívica e, de fato, é incompatível com (destrutivo) qualquer sistema desse tipo", os autores alertam que se trata de atos que ameaçam destruir um sistema político, porém, cabe ao pesquisador determinar o interesse público ou comum antes de avaliar se um determinado ato particular pode ser avaliado como corrupto. Explicando melhor, é possível que um ato considerado legalmente como corrupto talvez não o seja do ponto de vista do interesse público, como a alteração dos papéis de um estrangeiro ilegal que tenha contribuído de alguma forma com a sociedade e que esta julgue não se tratar de um ato de corrupção, mas sim, de ajuda.

O terceiro critério passa pela opinião pública. Um ato é corrupto quando a opinião pública assim o determina. Pode-se questionar sobre o interesse público que ele seja ambíguo e, da mesma forma, a opinião pública pode ter a mesma limitação. Ademais, a definição de corrupção que emerge da opinião pública deve ter em conta as diferenças existentes entre as elites públicas e políticas nas avaliações do que é um comportamento adequado ou não de conduta pública (PETERS, WELCH, 1978).

³ De acordo com o Instituto Verificador de Circulação (2016), a revista Veja ocupa o primeiro lugar média de exemplares vendidos, seguida pela Época e Isto É, e a Carta Capital ocupa a quarta posição.

Mesmo sem um consenso sobre a definição da corrupção, há uma concordância de que, em termos gerais, se trata do uso indevido do poder ou da influência para ganhos pessoais ou obter algum tipo de benefício, contrariando as convenções legais ou leis em vigor (HEIDENHEIMER et al., 1989).

Do mesmo modo, há limitações em mensurar diretamente a ocorrência da corrupção e as medidas indiretas tornaram-se, assim, o recurso mais usado. Dentre os principais indicadores indiretos da corrupção a medida de percepção tem sido a mais utilizada, e também nos baseamos nela neste trabalho. A percepção da corrupção também é cercada por questões culturais, na medida em que depende de como a sociedade compreende as regras e do que considera como um desvio (MELGAR et al., 2010; BAPTISTA, FRAIHA, 2014).

Perceber em maior ou menor grau a ocorrência da corrupção pode ter efeitos na opinião pública. A percepção da corrupção pode favorecer o crescimento da instabilidade institucional e desestabilizar as relações interpessoais, em função do aumento da desconfiança. Em outras áreas, como na economia, os efeitos também podem ser negativos. E Melgar et al. (2010) falam em uma “cultura da desconfiança” o que motiva muitos sistemas democráticos a buscarem formas de reduzir a percepção da corrupção.

Consideramos, também, a mídia como um importante índice de percepção da corrupção. Nesse sentido, podemos elaborar que a recorrência das notícias sobre corrupção aliada a alta exposição dos indivíduos às mídias pode ser um aditivo na percepção da opinião pública sobre a corrupção.

No Brasil, a corrupção também é um problema grave e que perpassa governos e acontecimentos históricos. Há casos de grande repercussão como o que envolveu ex-presidente Fernando Collor que culminou em impeachment em 1992 e o escândalo do Mensalão, com acusações de compra de votos de parlamentares no Congresso Nacional – o caso foi denunciado em 2005 e julgado em 2012. Recentemente, o caso investigado e de maior repercussão se trata de um esquema de corrupção envolvendo a Petrobras, e ficou conhecido como Operação Lava Jato. Este caso é nosso recorte para este trabalho.

Opinião pública e escândalos

A opinião pública constitui-se alicerçada em valores e atitudes majoritárias, devendo ser vista como um produto de um processo coletivo, do qual participam múltiplos atores sociais, com diferentes graus de relevância na cena. (CHAMPAGNE, 1996; MELLO, EMEDIATO, 2013). A interação tem início em grupos primários, até que atinja grandes grupos. O processo de formação da opinião pode ser comparado a uma ideia, ou modelo de cascata, pelo qual passam diversos processos até que se colidam no encontro com o grande público (DEUTSCH, GERARD, 1955). Essa comparação permite mostrar que a opinião não se trata de algo imposto pelo público, mas sim, ao público.

A mídia participa enquanto mediadora no processo de formação da opinião, perpassando os debates entre os atores sociais e o público, munindo este público de mais recursos para delimitar sua opinião diante do debate (LIPPMAN, 1965). Ela compila e hierarquiza os acontecimentos que devemos conhecer, de modo a nos situar no mundo, e podemos falar em um contrato de informação, firmado entre a instância produtora da notícia e a receptora, o público. A informação jornalística tem em seu alicerce estratégias que, subentendidas, demonstram seu posicionamento em relação aos fatos, além de orientar o agendamento de temas e a interpretação da instância receptora. Dentre tais estratégias, pode-se destacar: o enquadramento; as estratégias enunciativas; e a orientação argumentativa de raciocínios.

Consideramos neste trabalho a ideia de agendamento e a capacidade da mídia de controle da agenda pública. A atuação da mídia se daria no momento em que ela oferece pistas sobre o que é relevante para o público, de modo que ele organize sua própria agenda e decida quais os temas são importantes e devem ocupar espaço no debate público, trazendo eventos a partir do ambiente invisível para a consciência dos cidadãos (MOY, SCHEUFLE, 2004, p.26). Assim, reforçamos que a visibilidade e o tratamento do tema da corrupção nos meios de comunicação podem impactar a percepção da opinião pública sobre a corrupção e temas políticos. Souza (2017, p. 213) é ainda mais incisivo e propõe que a imprensa brasileira segue “desregulada e venal, que vende uma informação e uma interpretação da vida social enviesada” pelos seus interesses editoriais e comerciais. O que contribuiria no condicionamento da corrupção na percepção da opinião pública.

Ainda sobre o tratamento da mídia para as notícias, chegamos ao escândalo. Um acontecimento que rompe normas, c. digos ou valores que regulam as relações pessoais, políticas, econômicas etc., pode ser considerado um escândalo, seja político, midiático, sexual, etc. (THOMPSON, 2002). É comum associarmos um caso de corrupção imediatamente a um escândalo. “A corrupção precisa ser descoberta para se tornar escandalosa, pois, se as atividades de corrupção permanecerem escondidas dos outros, estarão protegidas de uma provável investigação pública” (CHAIA, 2015, p. 4).

Sánchez (1994) menciona dois usos do termo escândalo. Um deles para qualificar condutas desviantes da norma, assim, essa classificação enquanto escândalo acontece antes mesmo que o ato desviante provoque algum tipo de reprovação social. Outro uso já tem relação com a reação social, ou seja, com o sentimento que o desvio provoca. Assim, o escândalo parece ganhar uma carga mais negativa nessa segunda utilização.

Sobre “escândalo” e “corrupção”, Sánchez (1994) alerta que podemos nos referir a um escândalo de corrupção, mas também devemos lembrar que ambos existem sozinhos. As práticas corruptas podem, eventualmente, se tornar um escândalo, no entanto, nem todo escândalo significa, necessariamente, um ato de corrupção. Thompson (2002) afirma que o

escândalo hoje está associado à prática da corrupção e, para muitos, os conceitos são até mesmo interligados. Para o autor, a corrupção se torna um escândalo quando suas práticas se tornam conhecidas e aqueles que não estão envolvidos precisam estar convencidos de que se trata de uma prática condenável, ou seja, o mesmo julgamento do qual Sánchez (1994) falava.

Já sobre o alcance do escândalo, mais do que atrair audiência, pode, também, ser um recurso com finalidades mais estratégicas. Os escândalos podem servir, por exemplo, para desmoralizar uma figura pública favorecendo, talvez, a imagem de outra (CHAIA, 2015).

São muitas as críticas sobre o papel da mídia no trato das informações políticas, uma vez que é com frequência acusada de destacar apenas seus aspectos negativos, e esse direcionamento pode contribuir para o aumento da descrença na política (MESQUITA et al., 2014). Por outro lado, muitos acreditam que, no caso da corrupção por exemplo, uma cobertura mais negativa e de cunho denunciata seria capaz de impactar no aumento da fiscalização, investigação e punição dos culpados.

O escândalo que norteia a produção jornalística da corrupção, tanto no Brasil como em outros países, é alimentado, entre outros aspectos, pelo denunciato, pela ênfase nos agentes envolvidos – normalmente, reconhecidas figuras públicas – e atribuição de culpa reduzindo as discussões mais profundas respeito da corrupção e de seus efeitos na sociedade (BAPTISTA, 2017; CONTREIRAS, BAPTISTA, 2015). Competem tanto a busca por audiência da mídia quanto um aumento na observação da moral dos políticos, partindo de uma expectativa que sejam, em um primeiro momento, “virtuosos” associada a uma busca incessante de comportamentos reprováveis – o escândalo (TELLES et al., 2014).

O escândalo central ao nosso trabalho é a Operação Lava Jato⁴, uma investigação conduzida no Brasil pela Polícia Federal relativa a um esquema de corrupção que envolve a estatal Petrobras. A magnitude e a importância do caso decorrem dos altos valores envolvidos, do tempo e, sobretudo, da natureza dos implicados, uma vez que percorre agentes públicos e privados. Em 17 de março, a Polícia Federal (PF) deflagrou a Operação Lava Jato que, segundo explica a própria PF, seria uma junção de quatro operações que dizem respeito à corrupção e que apuravam a prática de crimes financeiro e o desvio de recursos públicos⁵.

Metodologia

Na relação entre a mídia e a política, nomeadamente, o modo como a mídia participa da publicização da corrupção, é singular na democracia brasileira como a corrupção política

⁴ O nome “Lava Jato” parte da utilização de uma rede de postos de combustíveis e lava a jato para mobilizar recursos ilegais desde 1997. Ainda que as investigações tenham avançado e surjam novas denominações a cada fase, “Lava Jato” permaneceu como o nome mais conhecido.

⁵ As quatro operações foram nomeadas como: Dolce Vita, Bidone, Casablanca e Lava Jato.

entrecortou os acontecimentos políticos e a forma como a mídia participa na construção de cenários de representação da política (LIMA, 2006). A Operação Lava Jato circunscreve-se nessa relação, seja por sua grande repercussão nos meios de comunicação e pelas implicações advindas disso, ou por se tratar do maior caso de corrupção política investigado até o momento no Brasil.

A linha temporal desta pesquisa tem como início a deflagração da Operação Lava Jato, em março de 2014, e o fim com o impeachment de Dilma Rousseff, formalizado em agosto de 2016⁶, pois consideramos que são duas narrativas políticas que se confluem, tanto em termos políticos quanto midiáticos.

Trabalhamos com duas fontes de dados. A primeira delas parte de uma análise de conteúdo de quatro importantes revistas de circulação nacional: Carta Capital, Época, Isto É e Veja. O objetivo foi compreender o agendamento do tema da corrupção e o espaço de visibilidade conferido ao escândalo da Lava Jato na imprensa. Comparadas a outras mídias, as revistas costumam não ser as mais acessadas, como por exemplo as TVs. Mas são importantes por permitirem reportagens mais analíticas e oferecerem conteúdos mais completos, informativos e segmentados, além de fidelizar o seu público (GOULART, 2006; PORTELA, 2009). O conteúdo das revistas é considerado como mais interpretativo e com caráter opinativo mais delineado do que se observa em outras mídias chamadas de tradicionais, como nos jornais (AZEVEDO, 2006).

Mundim (2010, p.44) ainda considera que, a despeito das diferenças entre os padrões de consumo dos meios de comunicação, o conteúdo é, em alguma medida, semelhante, de modo que, as informações produzidas em uma mídia “tendem a circular e atingir todos os tipos de eleitores, com maior ou menor intensidade, e por outros meios, como por exemplo a televisão”. Azevedo (2006) lembra o papel estratégico da grande mídia em publicizar determinados temas nas democracias contemporâneas. Esses temas disputam entre si a atenção da opinião pública e só quando ganham visibilidade nas mídias de massa é que se tornam questões verdadeiramente públicas.

Para este trabalho, a técnica escolhida foi a de análise de conteúdo, no padrão categorial (BARDIN, 1979) e as peças jornalísticas foram codificadas e analisadas (BAPTISTA, 2017), com base no livro de códigos pré-estabelecido no projeto “Cobertura jornalística da corrupção política: uma perspectiva comparada” (com adaptações necessárias). As categorias aplicadas são: a) capa: presença ou não do tema da corrupção; b) notícias por edição: número de notícias referentes à corrupção; c) atores: principais atores,

⁶ Em 2 de dezembro de 2015, os juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal protocolaram o pedido de impeachment de Dilma Rousseff e o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB) acatou o pedido. A Câmara e o Senado emitiram parecer favorável por meio de votação, e o impeachment de Dilma Rousseff foi formalizado em 31 de agosto de 2016.

políticos ou não, relacionados nas notícias; d) instituições: principais instituições, públicas ou privadas, mencionadas; e e) ilícitos: crimes mais mencionados.

A amostra é composta por 186 edições das revistas mencionadas, número resultante de uma seleção aleatória de 40% do total das edições entre março de 2014 e agosto de 2016.

Outra fonte de dados são as séries temporais realizadas pelo Datafolha e CNI/IBOPE e as pesquisas de opinião da Secretaria de Comunicação da Presidência da República (SECOM), entre os anos de 2011 e 2016. Nos concentramos nas questões relativas à corrupção enquanto problema, identificação partidária, à confiança nas instituições, avaliação de governo e confiança na figura presidencial. A intenção é identificar a percepção da corrupção, considerada a partir da circulação do tema na mídia e em sua grande visibilidade, como um indicador das oscilações nas questões supracitadas.

O escândalo da Lava Jato e as implicações no governo Dilma

Iniciamos a apresentação dos resultados a partir das capas. Elas são importantes por serem o primeiro contato da mídia com o leitor e têm como objetivo motivar o (a) leitor (a) a abrir e ler o produto. Medeiros et al. (2010) salientam que para que o assunto alcance a primeira página ele passa por várias etapas que atestam a sua pertinência e, portanto, a necessidade em ocupar uma posição de destaque.

Tabela 1 - O tema da corrupção nas capas das revistas (2014 a 2016)

	N	% válido
sim	84	45.2
não	102	54.8
Total	186	100.0

Fonte: BAPTISTA (2017).

As edições apresentaram o tema da corrupção em 45,16% das 186 edições analisadas. A Operação Lava Jato foi o caso mais recorrente, sendo mencionado em 40,32% das capas analisadas. A tabela 2 traz um resumo dos casos em que a corrupção foi tema nas capas e no conteúdo das revistas, de acordo com os anos que compõem a análise.

Tabela 2 - Capas e notícias sobre corrupção por ano (2014 a 2016)

			Ano			Total
			2014	2015	2016	
Casos de corrupção na capa	sim	Contagem	34	34	16	84
		%	45.3%	48.6%	39.0%	45.2%
	não	Contagem	41	36	25	102
		%	54.7%	51.4%	61.0%	54.8%
Total	Contagem	75	70	41	186	
	%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	
Tema da corrupção nas edições	nenhum	Contagem	30	21	12	63
		%	40.0%	30.0%	29.3%	33.9%
	1 caso	Contagem	35	28	18	81
		%	46.7%	40.0%	43.9%	43.5%
	2 casos	Contagem	9	12	7	28
		%				

		%	12.0%	17.1%	17.1%	15.1%
3 casos	Contagem		1	9	3	13
	%		1.3%	12.9%	7.3%	7.0%
4 ou mais casos	Contagem		0	0	1	1
	%		0.0%	0.0%	2.4%	0.5%
Total	Contagem		75	70	41	186
	%		100.0%	100.0%	100.0%	100.0%

FONTE - BAPTISTA (2017).

De acordo com a tabela acima, o ano de 2015 registrou maior incidência do tema nas capas (48,6%), porém, em 2016 houve maior porcentagem de notícias relacionadas a corrupção nas edições, sendo que em 70,7% das oportunidades, o tema da corrupção esteve presente em uma ou mais notícias.

A visibilidade que o tema conquistou nas capas em 2015 foi relevante, mas dentro das expectativas, uma vez que foi um ano importante para a Lava Jato, marcado pelo avanço das investigações, revelando mais nomes do cenário político, novas prisões e, também, mais ramificações do caso a outros partidos e instituições públicas e privadas. Sobre a recorrência do tema nas notícias em 2016 é um valor mais expressivo, já que o tema central a essa altura (de janeiro a julho de 2016) era o impeachment de Dilma Rousseff.

À medida que as investigações da Lava Jato se desenvolvem é perceptível como o tema passa a ser agendado nas revistas, ocupando posição central e, naturalmente, com negativo o que resulta em desaprovação social – um dos entendimentos de escândalo, como propõe Sánchez (1994). Em 2014, as edições somaram 60% de notícias sobre corrupção, em 2015 esse número sobe para 70%. Não podemos perder de vista que em 2014, concomitante às discussões sobre a corrupção, ocorriam as eleições presidenciais que também agendaram esse tema em seus debates, circulando ainda mais as informações sobre a corrupção.

No conteúdo das revistas, atentamos, também, às menções aos atores e instituições relacionadas à corrupção. Sobre os atores envolvidos, temos as seguintes taxas de menções:

Tabela 3 - Principais atores mencionados (2014 a 2016)

Atores	%*
Lula da Silva	30,8
Paulo Roberto Costa	26,0
Dilma Rousseff	25,2
Alberto Youssef	21,9
José Dirceu	4,8
João Vaccari Neto	4,8
Marcos Valério	4,0
Total	123 notícias

* % em relação às notícias sobre a corrupção.

FONTE - BAPTISTA (2017).

Sobre os resultados acima (Tabela 3), o que mais chama atenção não é a alta porcentagem das menções aos atores relacionados, mas sim, a baixa menção a nomes do

setor privado. Em um esquema como o da Lava Jato, no qual as empresas tiveram participação direta, esperava-se que os nomes dos empresários circulassem com maior frequência. Destacamos, também, que dois dos principais mencionados, Lula da Silva e Dilma Rousseff, a essa altura, não estavam diretamente relacionados à Lava Jato, ou eram acusados. No entanto, figuraram entre os mais recorrentes.

As menções às instituições públicas foram prioritariamente sobre a Petrobras e dispensamos a representação gráfica das porcentagens. Como mencionamos acima, o caso da Lava Jato conta com a participação de grandes nomes do setor privado se tornou o diferencial do esquema em relação aos demais registrados no Brasil. Assim, optamos por tratar apenas das menções às instituições privadas:

Tabela 4 - Principais instituições privadas relacionadas por ano (%) – 2014 a 2016

Empresas	Total
Andrade Gutierrez	40,2
Camargo Correia	22,5
Construtora OAS	70
Construtora Odebrecht	55,1
Construtora UTC	65
Engenix Engenharia	26,4
Galvão Engenharia e Queiroz Galvão	35,7
Toyo Setal	10,2

FONTE - BAPTISTA (2017).

As empresas com mais menções referem-se a grandes construtoras relacionadas ao caso em questão. O esquema de corrupção envolvia, entre outros, a facilitação das licitações na Petrobras. As empresas criaram um “clube”, em parceria com a diretoria da estatal petroleira, para organizar a realização das licitações entre as empreiteiras participantes e determinar as vencedoras⁷. As empresas participantes do clube pagavam uma taxa, a propina, à diretoria que, segundo a delação de Paulo Roberto Costa, seria ele e Renato Duque (ex-Diretor de Engenharia e Serviços). Ricardo Pessoa, presidente da Construtora UTC (segunda empresa com mais menções, 65%, na tabela 4) intermediava o contato entre o clube e os diretores.

Interessante observar que nos dados referentes à confiança nas instituições⁸, as pessoas ainda confiam mais nas empresas do que nas instituições políticas e agentes políticos, mesmo diante das graves denúncias de envolvimento de grandes instituições privadas nos escândalos de corrupção.

⁷ Executivo relata "clube" de empreiteiras para ganhar obras da Petrobras. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-11/executivo-relata-clube-de-empreiteiras-para-ganhar-obras-da-petrobras>>. Acesso em: 10 out. 2017.

⁸ Levantamento anual realizado pelo IBOPE com 2002 entrevistados, em 140 municípios brasileiros. Intervalo de confiança de 95% e margem de erro de dois pontos percentuais para mais ou para menos. Disponível em: <<http://www.ibopeinteligencia.com/arquivos/ICS%202017.pdf>>

Tabela 5 – Confiança nas Instituições brasileiras (%) – 2014 a 2017

	2014	2015	2016	2017
Corpo de bombeiros	73	81	83	86
Igrejas	66	71	67	72
Polícia Federal	-	-	66	70
Forças armadas	62	63	65	68
Escolas públicas	56	57	56	63
Meios de comunicação	54	59	57	61
Bancos	50	49	50	59
Empresas	<u>53</u>	<u>53</u>	<u>55</u>	<u>58</u>
Polícia	48	50	52	57
Organizações da sociedade civil	51	53	52	56
Ministério público	-	-	54	54
Poder judiciário	48	46	46	48
Sindicatos	43	41	40	44
Sistema público de saúde	42	34	34	41
Governo da cidade onde mora	<u>42</u>	<u>33</u>	<u>32</u>	<u>38</u>
Eleições / Sistema Eleitoral	<u>43</u>	<u>33</u>	<u>37</u>	<u>35</u>
Governo Federal	<u>43</u>	<u>30</u>	<u>36</u>	<u>26</u>
Congresso Nacional	<u>35</u>	<u>22</u>	<u>22</u>	<u>18</u>
Partidos políticos	<u>30</u>	<u>17</u>	<u>18</u>	<u>17</u>
Presidente da República	<u>44</u>	<u>22</u>	<u>30</u>	<u>14</u>

FONTE: Ibope⁹.

Sobre os ilícitos mais recorrentes nas notícias (Tabela 6, abaixo), as três primeiras menções são as que melhor explicam o caso da Lava Jato e o embricamento entre o setor público e privado, envolvendo o pagamento de propina, lavagem de dinheiro e os crimes da lei de licitações.

Tabela 6 - Principais ilícitos mencionados entre 2014 e 2016

Ilícito	%
Pagamento de propina	29,2
Lavagem de dinheiro	21,1
Crimes da lei de licitações	10,5
Corrupção ativa	8,9
Evasão de divisas	6,5
Financiamento ilegal de campanha	6,5
Tráfico de influências	5,9
Caixa 2	4,8
Corrupção eleitoral	4,8
Enriquecimento ilícito	2,4
Emprego irregular de verbas públicas	1,6
Compra de voto	0,81
Peculato	0,81

FONTE - BAPTISTA (2017).

⁹ Série temporal realizada pelo Ibope. Disponível em: <http://www.ibopeinteligencia.com/arquivos/ICS%202017.pdf>

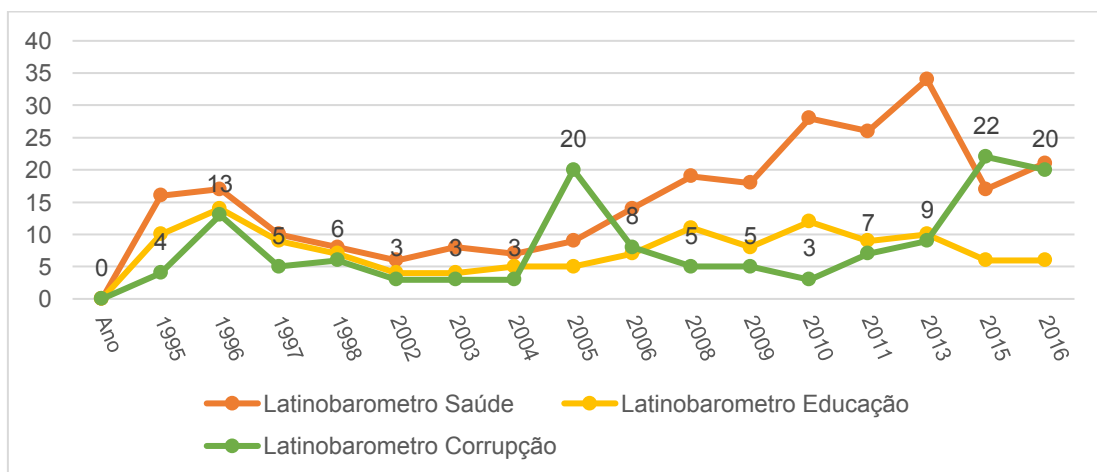
Convém mencionar que tecemos os comentários em relação aos dados em somatória, sem comparar as revistas. No entanto, a despeito da linha editorial que diverge entre as revistas analisadas, de modo geral, elas primaram pela denúncia e atribuição de culpa.

Essa ação da mídia é condizente com uma de suas funções que é a ser vigilante do poder público (GUREVITCH, BLUMLER, 1995). Por outro lado, ela deixa de fornecer outras importantes explicações aos cidadãos, como os impactos da corrupção no dia a dia da sociedade. Isso ficou evidente nas edições analisadas que não ofereceram ao público tais esclarecimentos. Salientamos o caráter denunciante da mídia, assim como a personalização da corrupção, na medida em que responsabilizar agentes torna-se mais relevante do que compreender todo o sistema (CONTREIRAS, BAPTISTA, 2015; BAPTISTA, 2017).

A partir da análise das revistas ficou claro que o caso da Lava Jato ocupou o palco midiático e o uso do escândalo como dispositivo desmoralizante também foi observado, sobretudo, nos resultados da tabela 3, a partir do alto índice de menções relacionadas aos ex-presidentes Dilma e Lula, que na ocasião, não estavam implicados formalmente ao caso. Também é evidente os dois usos do termo escândalo, como sugere Sánchez (1994), lançados tanto para classificar o acontecimento da Lava Jato como um rompimento de normas – um crime –, quanto para ganhar a desaprovação social.

Dada essa visibilidade do escândalo da Lava Jato e a tônica negativa que esse acontecimento carrega, a corrupção figurou entre os principais problemas para os brasileiros nos anos de 2015 e 2016.

Gráfico 1 - Principais problemas para os brasileiros (1995 – 2016)



P. Em sua opinião, qual você considera o problema mais importante no país?

*Aqui somente: “educação”, “saúde” e “corrupção”

FONTE - Latinobarômetro¹⁰.

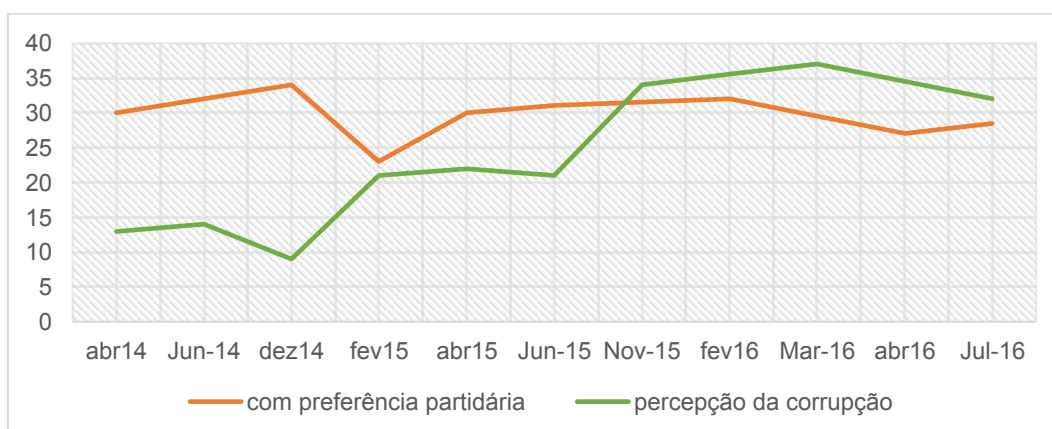
¹⁰ Série temporal realizada pelo Latinobarômetro. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/latNewsShow.jsp>>

O gráfico acima compara a opinião dos brasileiros frente aqueles que são os três principais problemas mais lembrados pelos cidadãos entre os anos de 1995 e 2016. Observamos que a saúde ocupa posição de destaque entre as preocupações dos cidadãos e esse posto é ocupado pela corrupção em algumas ocasiões, como ocorreu em 2005, possivelmente em resposta ao escândalo do Mensalão que foi revelado nesse ano e ganhou espaço na mídia – o tema da corrupção saiu de 3% para 20% na percepção dos cidadãos, ultrapassando o problema da saúde e da educação. Em 2013, a percepção da corrupção tem pequeno aumento, podendo ser resultado das Jornadas de Junho de 2013, que dentre muitas pautas de reivindicação, o combate a corrupção foi uma delas.

Os anos de 2015 e 2016 chamam a atenção pelo salto na percepção da corrupção, 22% e 20%, respectivamente, o que pode ser explicado pelo caso da Lava Jato e o grande volume de notícias publicadas sobre ele. Apesar das dimensões do caso em questão, lembramos que nossa premissa parte da importância da mídia na visibilidade do escândalo e de como isso pode impactar em aumento da percepção da corrupção, dada a centralidade da mídia e na formação da opinião pública.

Observamos a relação entre a percepção da corrupção e o partidarismo. A noção de preferência e identificação com alguma agremiação política partiu dos estudos de comportamento eleitoral desenvolvidos por Campbell et al. (1960) e se trata, do ponto de vista conceitual, de uma afinidade estável em relação a um partido político, ainda que isso não se traduza em algo mais direto, como uma filiação, militância ou votação sistemática na legenda. Apesar dessa longevidade que se presume do partidarismo, notamos algumas variações quando levamos em conta acontecimentos como a Lava Jato.

Gráfico 2 – Identificação partidária e a Lava Jato (%) – 2014 a 2016



Fonte: Datafolha¹¹. Elaborado pela autora.

¹¹ Identificação partidária. Série temporal realizada pelo Datafolha. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2017/06/26/7b9816148d0e227a8453fcfc21b7d410a3a36f87.pdf>>. Corrupção como problema: Série temporal realizada pelo Datafolha. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/07/20/av-presidente-michel-temer-completa.pdf>>

De acordo com o gráfico 2, observamos que a preferência partidária oscila à no período da Lava Jato. Entretanto, não podemos afirmar com segurança que a percepção da corrupção impactou nos momentos de declínio e salientamos que, de todo modo, outros fatores também podem influenciar na preferência partidária. De todo modo, o clima de desconfiança em relação aos partidos que foi impulsionado pelo escândalo da Lava Jato pode ter participado dos momentos em que o partidarismo declinou. No caso de corrupção em questão, muitos partidos foram implicados, a despeito de inclinações ideológicas, trazendo ainda mais descrédito dos cidadãos em relação à política e seus agentes (Tabela 5).

Acrescentamos a essa discussão a classificação de Torcal et al. (2003) para o antipartidarismo: reativo e cultural. O primeiro seria uma posição crítica e de curto prazo, como resposta a insatisfação com as atividades das elites partidárias e o desempenho das instituições. Problemas sociais, políticos e econômicos não solucionados, originam os comportamentos reprováveis dos agentes políticos, como a corrupção. O outro tipo de antipartidarismo, cultural, é mais enraizado nas tradições históricas e nos valores da cultura política. Para este tipo, as questões de curto prazo não afetam a preferência partidária que, nesse caso, são relativamente estáveis ao longo do tempo. Nas discussões relativas a Lava Jato, encontramos lugar no primeiro tipo, o reativo cujas preferências partidárias sofrem influência das questões contextuais de curto prazo.

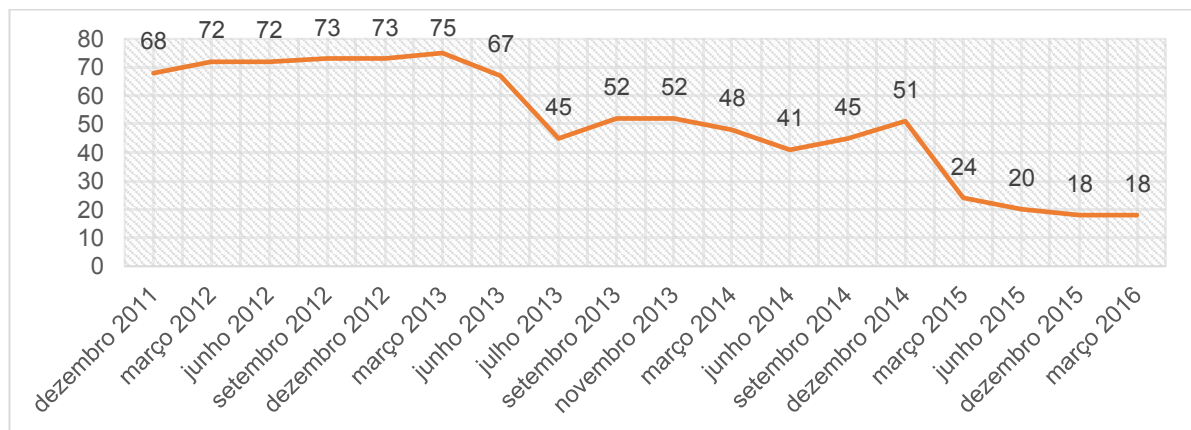
Administrar o capital social e cultivar o apoio popular é uma estratégia que ultrapassa os períodos eleitorais e faz parte da campanha permanente de uma figura política. A avaliação do desempenho de um governo e da imagem do governante são, desde a década de 1970, objetos de pesquisa, sobretudo, nos Estados Unidos. A popularidade de um governante, ou a qualidade de sua avaliação depende das condições econômica, social e política.

Quanto aos indicadores, os econômicos e políticos são considerados os mais relevantes para se tratar de avaliação de governo. No contexto da Lava Jato, as variáveis políticas assumem especial importância para compreendermos a avaliação do governo Dilma Rousseff e consideramos a variável que trata de escândalos e dramas políticos (KROSNICK, KINDER, 1990; MAIER, 2011; THOMPSON, 2002).

Em muitos casos, os efeitos dos escândalos políticos ultrapassam os danos nas imagens dos atores envolvidos e implicam na descrença nas instituições e também a confiança no governo, tornando-se mais um obstáculo na avaliação da opinião pública. A essa questão, acrescentamos a circulação de informações negativas sobre a política na mídia que pode, em última instância, causar uma percepção desfavorável a atores políticos e instituições, guiando os indivíduos a um sentimento de cinismo, apatia e de desmobilização no conjunto de efeitos do chamado mal estar midiático - *media malaise* (NEWTON, 1999).

Dilma Rousseff construiu sua imagem pública, com mais intensidade, a partir de seu primeiro ano de governo, em 2011, sendo que até o pleito de 2010, ela carregava o prestígio político de Lula.

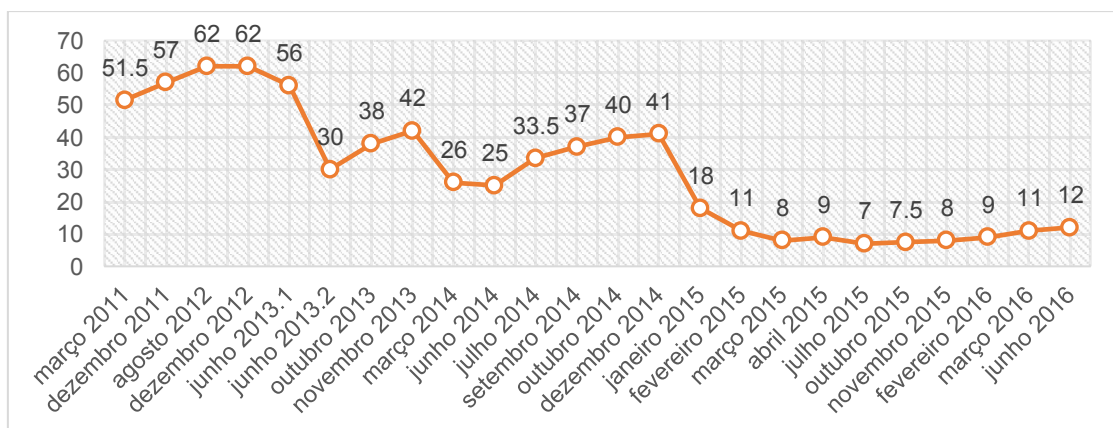
Gráfico 3 - Confiança em Dilma Rousseff – % (2011 – 2016)



P. O(a) sr(a) confia ou não confia na Presidente Dilma? *Aqui somente: “confia”
 FONTE - CNI/Ibope¹². Elaborado pela autora.

No gráfico acima, o declínio da imagem de Dilma associado ao período da Lava Jato é evidente, sobretudo a partir de março de 2015. Os problemas econômicos, os avanços nas investigações da Lava Jato e as discussões a respeito de seu afastamento do governo contribuíram para uma queda acentuada em sua imagem.

Gráfico 4 – Avaliação de governo - % (2011 – 2016)



P. Na sua opinião a presidente Dilma está fazendo um governo ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo? *Aqui somente: “bom/ótimo”

P. Na sua avaliação, o Governo da Presidente Dilma Rousseff está sendo... *Aqui somente: “bom/ótimo”

P. Como o(a) sr(a) avalia o desempenho atual do Governo Federal? O(a) sr(a) diria que ele está sendo... *Aqui somente: “bom/ótimo”

FONTE - DATAFOLHA¹³. CNI/IBOPE¹⁴. SECOM¹⁵. Elaborado pela autora.

¹² Série temporal realizada pela CNI/Ibope. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/pesquisa-cnii-ibope-avaliacao-do-governo/>>.

¹³ Série temporal realizada pelo Datafolha. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/07/20/av-presidente-michel-temer-completa.pdf>>

¹⁴ Série temporal realizada pela CNI/Ibope. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/pesquisa-cnii-ibope-avaliacao-do-governo/>>.

¹⁵ SECOM. Pesquisa quantitativa telefônica. Disponível em:

Sobre a avaliação do governo e a confiança em Dilma, pode-se observar que no início do primeiro mandato, as avaliações se mantiveram positivas e relativamente estáveis, chegando a aumentar a partir do primeiro ano de mandato, o que a literatura chama de “lua de mel” entre o governo e os eleitores (MUELLER, 1970). No ano de 2012, a despeito da retomada do caso do Mensalão com o julgamento, a avaliação positiva do governo Dilma sobe exponencialmente.

Em março de 2013, a avaliação positiva do governo bateu recorde, registrando 64% de aprovação, superando as boas avaliações conquistadas anteriormente por FHC e Lula. Meses adiante, essa boa avaliação caiu bruscamente, em função das Jornadas de Junho. Em julho de 2013 foi lançado o programa Mais Médicos que, mesmo dividindo opiniões, recebeu apoio de muitos setores da sociedade. O governo foi retomando a confiança dos cidadãos e aumentando gradativamente sua popularidade, fechando o ano com 42% de aprovação.

No início de 2014, a partir de março, quando o caso de corrupção envolvendo a Petrobras tornou-se público, a avaliação positiva do governo Dilma oscilou entre 26% e 25%, dentro da margem de erro, até o início da Copa do Mundo. Após esse evento, a avaliação voltou a subir, percorrendo uma linha crescente por todo o período acirrado da eleição presidencial, e culminou com 41% em dezembro de 2014. Nesse mesmo período, a expectativa de que a economia do país e a pessoal vai melhorar se manteve consideravelmente altas, fechando o ano com mais 50% de expectativa positiva¹⁶. Essa relação é suportada pela literatura que preconiza que a percepção que o cidadão tem com relação ao seu futuro econômico e do país também resulta em influências na aprovação presidencial.

No ano de 2015, as avaliações sofreram sensíveis quedas na mesma medida em que as investigações acerca da Lava Jato avançavam. A avaliação positiva que terminou o ano de 2014 com 41% inicia 2015 com queda, registrando 18% em janeiro e 8% em março. Dilma Rousseff, a essa altura, havia sido citada pelos delatores no caso da Lava Jato. Aliado a isso, o cenário econômico não foi favorável. De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação acumulada entre maio de 2014 e maio de 2015 foi a maior desde 2003, somando 8,7%, e o desemprego, nas regiões metropolitanas, chegou a 6,7%, valor mais alto desde 2010¹⁷.

<<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais>>.

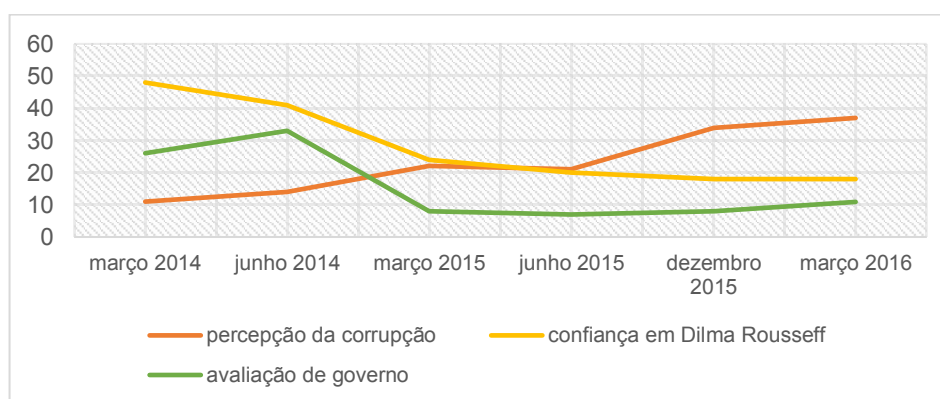
¹⁶ Matéria publicada no site Senado Notícias. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/12/30/os-avancos-e-as-cries-do-primeiro-mandato-de-dilma-rousseff>>. Acesso em: 9 set. 2017.

¹⁷ Ver: Aprovação ao governo Dilma é de 9%, diz Ibope. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/07/01/dilma-pesquisa-ibope.htm>>. Acesso em: 9 set. 2017.

A avaliação positiva do governo Dilma permaneceu abaixo dos 10% até março de 2016, quando atingiu os 11%. De março a junho de 2016, houve uma ligeira alta e o fim do mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff foi marcado por 12% de aprovação. As pesquisas realizadas em julho de 2016 já revelavam as primeiras impressões do governo de Michel Temer, que estreou com 13,5% de aprovação.

Relacionamos a confiança em Dilma Rousseff e a avaliação positiva de seu governo em função da percepção da corrupção.

Gráfico 5 - Confiança e avaliação de governo no período da Lava Jato (2014 – 2016)



FORNTE - Datafolha¹⁸. CNI/Ibope¹⁹. SECOM²⁰.

O gráfico acima nos mostra como o aumento da percepção da corrupção pode ter relação, entre outros aspectos, com o declínio da avaliação positiva do governo Dilma e da confiança na então presidenta. Essa relação não se restringe a aos impactos da corrupção política, sendo que outras variáveis precisam ser inseridas para que se tenha um panorama das mudanças na opinião pública. Entretanto, considerando a relevância do contexto da Lava Jato, acreditamos que a variável escândalos e dramas políticos tenha contribuído significativamente para tais oscilações entre 2014 e 2016. O que ressaltamos é a capacidade da mídia em inserir os temas no debate público e, no caso aqui tratado, a Lava Jato pode não ser o único indicador a contribuir para declínios na avaliação positiva governo ou da confiança em Dilma Rousseff, mas a repercussão negativa do caso e sua condição de escândalo podem ter condicionado a opinião pública a respeito do tema.

Nossa intenção aqui não é a de criar um índice de percepção da corrupção. Observamos como a corrupção vista como um problema pelos cidadãos tende a variar em

¹⁸ Série temporal realizada pelo Datafolha. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/07/20/av-presidente-michel-temer-completa.pdf>>.

¹⁹ Série temporal realizada pela CNI/Ibope. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/pesquisa-cnil-ibope-avaliacao-do-governo/>>.

²⁰ SECOM. Pesquisa quantitativa telefônica. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais>>.

função de uma maior circulação de notícias sobre o tema alterando, assim, a percepção da opinião pública sobre a corrupção. Concluímos que, no contexto do escândalo da Lava Jato, essa relação se mostrou presente. Não esperávamos encontrar uma implicação direta da percepção da corrupção em relação a quaisquer das variáveis acima. Entretanto, as oscilações observadas, a partir da no período entre março de 2014 e o último mês em que Dilma consta nas pesquisas, junho de 2016, nos permitem dizer que a percepção da corrupção foi maior em função da repercussão do escândalo da Lava Jato na mídia, porém, foram mudanças pontuais e não generalizáveis, visto que outras variáveis agregadas podem explicar melhor os casos que propusemos.

Considerações finais

No Brasil, tal como ocorre em muitos outros países, o tema da corrupção tem grande visibilidade nos meios de comunicação e pode ter impactos na opinião pública, sendo produto do modo como as informações são produzidas pela mídia e, também, de como a audiência as recebe (ASCH, 1952). Nos restringimos a observar a percepção da opinião pública sobre a corrupções e sobre questões política no âmbito da Lava Jato. Nosso recorte tratou do início da Operação Lava Jato, em março de 2014, ao fim do processo de impeachment de Dilma Rousseff, em agosto de 2016. O período se justificou pelo volume de notícias sobre o caso e pela confluência de acontecimentos políticos.

Na relação entre a mídia e a política, nomeadamente, o modo como a mídia participa da publicização da corrupção, é singular na democracia brasileira como a corrupção política entrecortou os acontecimentos políticos e a forma como a mídia participa na construção de cenários. A Operação Lava Jato circunscreve-se nessa relação entre a mídia e a política, seja por sua grande repercussão nos meios de comunicação e pelas implicações advindas disso, ou por se tratar do maior caso de corrupção política investigado até o momento no Brasil.

Nos limites da medida de percepção da corrupção, assumimos, portanto, os efeitos da mídia como um dos sinais que podem indicar variação no modo como os cidadãos percebem a corrupção no seu entorno, de acordo com o tempo e o contexto (JOHNSTON, 2002). Essa relação se torna ainda mais importante, quando estreitamos os conceitos relativos à opinião pública e da participação da mídia em sua formação. Charaudeau (2006) discute que a opinião pública é resultado do atravessamento de sabedorias, culturas e crenças, e também de opiniões e observações. A atuação da mídia se daria na organização dessas vozes e dos pontos de vista, na gestão dos dialogismos e na construção dos cenários a partir do tratamento da informação, por seu *modus operandi* (EMEDIATO, 2013; FIORIN, 1994).

A partir da análise das revistas Carta Capital, Época, Isto É e Veja, no período supracitado, observamos como o tema da corrupção política é tratado, oportunamente, pelo enquadramento do escândalo e por meio, sobretudo, da denúncia, da atribuição de responsabilidades e da nomeação de culpados. Tais aspectos reunidos causam a

desaprovação social (SANCHEZ, 1994). Concluímos que quanto mais os cidadãos perceberam a corrupção, pela maior visibilidade do escândalo da Lava Jato na mídia, mais negativas se tornaram as impressões da opinião pública sobre a política.

As implicações da corrupção na sociedade podem ser observadas por diversos aspectos. Nesta comunicação, as análises mostram que os escândalos de corrupção no Brasil, sobretudo a Lava Jato, participam da avaliação da opinião pública sobre as questões políticas, sobre o governo e a confiança na figura presidencial, causando a desconfiança e influenciando em outros cenários, como as discussões sobre o afastamento da então presidenta Dilma. A Transparência Internacional alerta, ainda, que casos de corrupção como a Lava Jato, em que há forte conexão entre os políticos e as empresas privadas, subtrai grandes quantias da economia nacional são subtraídas e essa corrupção sistêmica também viola os direitos humanos, impede o desenvolvimento sustentável e favorece a exclusão social.

Podemos dizer que o caso da Lava Jato foi narrado, descrito, especulado, silenciado (período da Copa do Mundo) e espetacularizado na perspectiva do escândalo. A personalização política do caso também ficou evidente, na medida em que os atores políticos assumiram o protagonismo nas notícias e a eles foi atribuída a culpa, sendo que o mesmo não ocorreu ou, ao menos, não com a mesma intensidade, com outros nomes que foram enunciados do setor privado. Não podemos esperar que as implicações da percepção da corrupção na opinião pública sejam diretas, no entanto, consideramos relevantes as reflexões que podemos extrair das relações aqui mostradas.

Referências

- ASCH, Solomon. **Social psychology**. New York: Prentice Hall, 1952.
- AZEVEDO, Fernando A. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. **Opinião Pública**, v.12, n.1, p.88-113, 2006.
- BAPTISTA, Érica Anita. **Corrupção e opinião pública: o escândalo da Lava Jato no governo Dilma Rousseff**. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Universidade Federal de Minas Gerais. 2017.
- BAPTISTA, E. A.; FRAIHA, P. Exposição e confiança nos meios de comunicação: efeitos sobre a percepção da corrupção. **38º Encontro Anual da Anpocs**, Caxambu (Minas Gerais), Brasil, 2014.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BAUM, Matthew A. Sex, lies and war: How soft news brings foreign policy to the inattentive public. **American Political Science Review**, n. 96, p.91–109, 2002.
- BLANKENBURG, Erhard. From political clientelism to outright corruption — The rise of the scandal industry. In: KOTKIN, S.; SAJÓ, A. (eds.). **Political corruption in transition: A skeptic's handbook**. Budapeste: Central European University Press, 2002.
- CAMPBELL, Angus; CONVERSE, Philip; MILLER, Warren; STOKES, Donald. **The american voter**. New York; London: John Wiley, 1960.
- CHAIA, Vera Lucia M. Escândalos políticos e eleições no Brasil. **VI Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VI COMPOLÉTICA)**, Rio de Janeiro, 22 a 24 de abril de 2015.
- CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião: o novo jogo político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

- CONTREIRAS, P.; BAPTISTA, E. A. Cobertura jornalística da Corrupção Política: o caso do Submarinos em 2010. **IV Congresso Internacional de Comunicação Política e Estratégias de Campanha da ALICE**, Belo Horizonte, Brasil, 2015.
- CUNHA, Isabel F. Visibilidade da cobertura jornalística da corrupção política e indicadores de opinião pública. In: Cunha, I. F.; Serrano, E. **A cobertura jornalística da corrupção política: sistemas políticos, sistemas midiáticos e enquadramentos legais**. Lisboa: Alêtheia Editores, 2014.
- DEUTSCH, M.; GERARD, H. A study of normative and informational social influences upon individual judgment. **Journal of Abnormal and Social Psychology**, v.51, n.3, p. 629–636, 1955.
- EMEDIATO, Wander. A construção da opinião na mídia: argumentação e dimensão argumentativa. In: EMEDIATO, Wander (org.). **A construção da opinião na mídia**. Belo Horizonte: FALE/UFMG Núcleo de Análise do Discurso, 2013.
- FILGUEIRAS, Fernando. **Corrupção, democracia e legitimidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008
- FIORIN, José Luiz (Orgs.). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade: em torno de Bakhtin**. São Paulo: Edusp, 1994.
- GOULART, Alexander. **Uma lupa sobre o jornalismo de revista**. São Paulo: Observatório da imprensa, 04 jul. 2006.
- GUREVITCH, J.; BLUMLER, M. **The crisis of public communication**. London: Routledge, 1995.
- HEIDENHEIMER, A.; JOHNSTON, A. J.; LEVINE, V. **Political Corruption**. New Brunswick, N.J.: Transaction Publishers, 1989.
- JOHNSTON, Michael. **Syndromes of Corruption: Wealth, Power, and Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- KROSNICK, J. A.; KINDER, D. R. Altering the foundations of support for the presidente through priming. **American Political Science Review**, 84, p. 497-512, 1990.
- LIMA, Venício. **Mídia: crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006.
- LIPPMANN, Walter. **Public Opinion**. NY: Free Press, 1965.
- MAIER, Jürgen. The impact of political scandals on political support: An experimental test of two theories. **Internacional Political Science Review**, v.32, n.3, p.283-302, 2011.
- MEDEIROS, F.; RAMALHO, M; MASSARANI, L. A ciência na primeira página: análise das capas de três jornais brasileiros. **História, Ciência, Saúde - Manguinhos**, v.17, n.2, p.439-454, 2010.
- MELGAR, N.; ROSSI, M.; SMITH, T. The perception of corruption in a cross-country perspective: Why are some individuals more perceptive than others? **Economia Aplicada**, v. 14, n. 2, p. 183-198, 2010.
- MELLO, S. F.; EMEDIATO, W. Informação jornalística, publicidade e propaganda. In: EMEDIATO, W. (org.). **A construção da opinião na mídia**. Belo Horizonte: FALE/UFMG Núcleo de Análise do Discurso, 2013.
- MESQUITA, N. C.; MOISÉS, J. A.; RICO, B. As diferentes dinâmicas da corrupção: mídia, percepção e instituições no contexto brasileiro. In: Cunha, I. F.; Serrano, E. **A cobertura jornalística da corrupção política: sistemas políticos, sistemas midiáticos e enquadramentos legais**. Lisboa: Alêtheia Editores, 2014
- MOISÉS, José Álvaro. Corrupção Política e Democracia no Brasil Contemporâneo. **Revista Latino - Americana de Opinião Pública: investigaciyn social aplicada**, v. 1, n. 0, p. 103-124. 2010.
- MOY, P.; SCHEUFELE, D. A mass media perspective. In: GEER, John (Ed.). **Public opinion and polling around the world: a historical encyclopedia**. Santa Barbara, California: ABC-CLIO, 2004.
- MUELLER, J. Presidential popularity from Truman to Johnson. **American Political Science Review**, n.86, 1970, p.597-611.
- MUNDIM, Pedro S. Um modelo para medir os efeitos da cobertura da imprensa no voto: teste nas eleições de 2002 e 2006. **Opinião Pública**, v. 16, n. 2, p. 394-425, 2010.

- NEWTON, Kenneth. Mass media effects: mobilization or media malaise? **British Journal of Political Science**, v. 29, n. 4, 1999.
- NYE, Joseph S. Corruption and Political Development: A Cost-Benefit Analysis. In: HEIDENHEIMER, A.; JOHNSTON, M. (Eds.) **Political corruption**. New Jersey: Transaction Publishers, 2002.
- PATTERSON, Thomas E. Doing well and doing good. **Faculty Research Working Paper Series**. Cambridge, MA: John F. Kennedy School of Government, Harvard University, 2000.
- PETER, J.; WELCH, S. Political Corruption in America: A Search for Definitions and a Theory, or If Political Corruption Is in the Mainstream of American Politics Why Is it Not in the Mainstream of American Politics Research? **The American Political Science Review**, v.72, n.3 (Sep., 1978), p. 974-984, 2010.
- PORTELA, Cristiane. Revistas semanais de informação no Brasil hoje: conceituações e definições. **REGIOCOM**, São Paulo, 2009.
- ROGOW, A. A.; LASWELL, H. D. The definition on corruption. In: Heidenheimer, A. J. **Political corruption**. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1970.
- SANCHÉZ, Fernando J. Posibilidades y límites del escándalo político como una forma de control social. **Reis**, n. 66, p. 7-36, 1994.
- SCOTT, James C. **Comparative Political Corruption**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1972.
- SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: Editora Leya, 2017.
- TELLES, H.; FRAIHA, P.; LOPES, N. Meios de Comunicação, corrupção e redes sociais nas eleições para prefeito no Brasil. In: CUNHA, I.; SERRANO, E. **Cobertura jornalística da corrupção política: sistemas políticos, sistemas midiáticos e enquadramentos legais**. Lisboa: Alêtheia Editores, 2014. p.421-457.
- THOMPSON, John B. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia**. Trad.: Pedrinho A. Guareshi. Petrópolis: Vozes, 2002
- TORCAL, M.; MONTERO, J.; GUNTHER, R. Ciudadanos y partidos en el sur de Europa: los sentimientos antipartidistas. **Reis. Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, n.101, p.9-48, 2003.